

REVISTA

SABERES DA AMAZÔNIA

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS



VOL. 5 | N. 10

Janeiro-Julho 2020 | ISSN: 2448-0576

POLÍTICA E EDUCAÇÃO NA LÓGICA NEOLIBERAL

POLICY AND EDUCATION IN NEOLIBERAL LOGIC

Neidimar Vieira Lopes Gonzales¹

Edney Costa de Souza²

Tânia Regina Raitz³

Resumo

O cenário político brasileiro é propício para uma reflexão sobre os termos liberal e neoliberal. O objetivo é apresentar elementos teóricos para o entendimento acerca do significado dos termos liberal, neoliberal e sua relação com a educação, questionando a lógica hegemônica e o projeto de pensar a política educacional brasileira. Trata-se de uma revisão literária fundamentada em Moraes, Gentili e Viana, a metodologia é de abordagem qualitativa. Ao final é possível destacar que os termos apresentam significados diferentes, tendo em comum um modelo pautado nos valores do pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX. Quanto a política educacional a retórica neoliberal é redemocratizar a escola por meio de uma reforma administrativa com a intervenção de mecanismos para regular a eficiência, produtividade e a qualidade dos serviços, a ausência de um mercado educacional torna a educação precária devido sua estatização, sendo este um dos desafios neoliberais. Conhecer os discursos neoliberais e sua persuasão retórica é um passo rumo ao planejamento de estratégias mais eficazes contra as formas intensas de exclusão social decorrentes de ações promovidas por tais políticas.

Palavras-chave: Discursos neoliberais. Mercado educacional. Exclusão social.

Abstract

The Brazilian political scenario is conducive to a reflection on the terms liberal and neoliberal. The objective is to present theoretical elements for the understanding about the meaning of the terms liberal, neoliberal and its relation with education, questioning the hegemonic logic and the project of thinking about Brazilian educational policy. This is a literary review based on Moraes, Gentili) and Viana the methodology has a qualitative approach. At the end it is

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI - SC. Mestre em Educação. Pedagoga com habilitação em Orientação Educacional; Bacharel em Direito e prof^a. Adjunta da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: neidimar1@yahoo.com.br

² Doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional. Especialista em Auditoria e Sistema de Saúde; em Metodologia do Ensino Superior e em Gestão de Pessoas. Graduado em Administração de Empresas. Professor no Centro Universitário Aparício Carvalho – FIMCA. E-mail: professor_edney@hotmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Prof^a. nos cursos de graduação, mestrado e Doutorado em Educação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: raitz@univali.br

possible to highlight that the terms have different meanings, having in common a model based on the values of liberal thought of the 18th and 19th centuries. As for educational politic, neoliberal rhetoric is to re-democratize the school through administrative reform with the intervention of mechanisms to regulate efficiency, productivity and quality of services, the absence of an educational market makes education precarious due to its nationalization, this being one of the neoliberal challenges. Knowing the neoliberal discourses and their rhetorical persuasion is a step towards planning more effective strategies against the intense forms of social exclusion resulting from actions promoted by such policies.

Keywords: Neoliberal discourses. Educational market. Social exclusion.

INTRODUÇÃO

O contexto político do Brasil no cenário atual é propício para discussão acerca da política educacional. Após mudança na presidência da República do Brasil, desde então, a política brasileira tem tomado variados rumos, e consequentemente tem afetado todos os setores da sociedade inclusive a educação.

Diante deste cenário, a pesquisa se justifica uma vez que a dinâmica social sofre influência da apropriação econômica mundial, e esta desencadeia as relações e processos estruturais de dominação, altera o projeto de pensar a política educacional, as estratégias para o desenvolvimento da educação e gera estruturas que potencializam acomodações, tensões e lutas em escala mundial.

Este estudo tem como objetivo levantar uma discussão para o entendimento acerca do significado dos termos liberal, neoliberal e a sua relação com a educação.

Trata-se de uma revisão literária de abordagem qualitativa fundamentada nos argumentos de Gentili (1996)⁴ Moraes (2001)⁵ e Viana

⁴ GENTILI, Pablo. A. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo A. A. (Org.). Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) p. 9-49, 1996.

⁵ MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** SP: Editora SENAC, 2001.

(2008)⁶, que trazem elementos teóricos sobre o conceito dos termos liberal e neoliberal questionando a lógica hegemônica que é o problema objeto deste estudo.

Conhecer os discursos neoliberais e sua persuasão retórica é um passo rumo ao planejamento de estratégias mais eficazes contra as formas intensas de exclusão social decorrentes de ações promovidas por tais políticas.

1. DESVELANDO OS TERMOS: LIBERAL E NEOLIBERAL

É complexo discorrer acerca do termo liberal e neoliberal, segundo Moraes ora ou outra, aparecem como rótulos que se aproximam: ultraliberais, neoconservadores, nova direita, decorrente da herança de duas tradições ideológicas do século XIX: pensamento liberal e o pensamento conservador, que se perpetua com os liberais contemporâneos.

A expressão “liberal” no continente europeu está relacionada aqueles que se opõem ao socialismo, ao estado de bem estar social, o pensador ou o político que critica a intervenção estatal e o planejamento defendendo as ideias econômicas do livre mercado. Já nos Estados Unidos, o termo liberal tem o sentido contrário, é aplicado aos políticos e intelectuais alinhados ao Partido Democrata, apoiando a intervenção reguladora do Estado, bem como as políticas de bem estar social, programas e ações recusadas pelos neoliberais.

Para Moraes⁷ *Liberalismo clássico*, a pedra fundamental do liberalismo é identificada no pensamento de Adam Smith⁸, em sua obra *A riqueza das nações*, publicada em 1776, onde ele afirma que o mundo poderia ser mais justo, racional, eficiente e produtivo, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não estivessem limitadas por regulamentos e monopólios garantidos pelo Estado. Smith defende a desregulamentação e privatização das atividades econômicas, reduzindo a função do Estado a parâmetros gerais

⁶ VIANA, Nildo. **Breve história do neoliberalismo**. Revista Enfrentamento – nº 05, jul./dez., 2008.

⁷ MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** SP: Editora SENAC, 2001.

⁸ SMITH, Adam. **A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas**. vol.1 e 2. SP: Abril Cultural, 1983.

e atividades livres dos agentes econômicos. No argumento de Smith as funções do governo se resumem a: garantia da propriedade e dos contratos, a manutenção da segurança tanto interna quanto externa e a responsabilidade pelos serviços essenciais de utilidade pública.

Para a doutrina liberal as inclinações fundamentais da natureza do homem estão voltadas para a procura do lucro e a motivação do interesse próprio, pois “estimulam o empenho e o engenho dos agentes, recompensam a poupança, a abstinência presente e remuneram o investimento. Além disso, premiam a iniciativa criadora, incitando ao trabalho e à inovação” Moraes⁹. A expressão “mão invisível do mercado” difundida por Smith tornou-se a fórmula preferida dos economistas liberais.

David Ricardo¹⁰ generaliza o argumento de Smith, pensando a sociedade como um conjunto em termos internacionais, ou seja, difundindo a doutrina das “vantagens recíprocas” resultantes da especialização dos países e virtudes da divisão social do trabalho. Para ele, a busca pela vantagem individual está associada ao bem universal do conjunto dos países. O autor afirma ainda, que o mercado é o caminho mais adequado capaz de gerar eficiência, justiça e riqueza. Eficiência, pois propicia o uso eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui o trabalho de modo econômico. Justiça, porque motiva a dedicação ao trabalho e recompensa a engenhosidade. E riqueza, já que, pelo aumento do volume de produtos, difunde-se o benefício. Moraes¹¹. E por fim, a paz e a harmonia internacional são os resultados da liberdade econômica.

Conforme Moraes¹², os inimigos do progresso, na visão liberal, podem ser facilmente identificados sendo:

Os regulamentos estatais – mais especificamente a política econômica dirigista do mercantilismo – e as corporações. São exemplos desse tipo de entrave os regulamentos sobre materiais, técnicas, preços e monopólios, mão de obra (como na Inglaterra, a

⁹ MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** p. 5.

¹⁰ DAVID RICARDO. **Princípios de Economia política e tributação**. São Paulo: Ed. Abril, 1982.

¹¹ MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** SP: Editora SENAC, 2001.

¹² Op. cit. p. 6

Lei dos Aprendizes, de 1563, as Leis dos Pobres, unificadas em 1601, pela rainha Elizabeth; e a Lei do domicílio de 1662).

Moraes argumenta ainda que o pensamento liberal nasce, fundamentalmente com uma negação do outro mundo, como outro sistema de valores e ideias.

Mantoux (s/d)¹³ em seu livro *A Revolução Industrial na Inglaterra* apresenta a história econômica tutelada pelos poderes públicos sobre a indústria, “um regime estabelecido pelo costume e consagrado pela lei”.

As corporações de ofícios também foram alvos da crítica liberal, eram contra o privilégio dos mestres, pois as consideravam entraves à liberdade do indivíduo que optasse em exercer um ofício do seu interesse ou mesmo mudar de profissão.

O pensamento de Smith¹⁴ é que “as reuniões de pessoas da mesma profissão [...] terminam em uma conspiração contra o público, ou em algum incitamento para aumentar os preços. Se não se pode evitá-las, nada se deve fazer para facilitá-las e muito menos para torná-las necessárias”. Ele defendia a ideia de que a autoridade pública não deveria estimular e/ou regulamentar a existência de corporações.

Moraes¹⁵ destaca que com base na matriz constituída no final do século XVIII, a tradição liberal desdobrou-se em dois grandes princípios programáticos: primeiro, “a busca do interesse próprio conduz ao ajustamento entre os indivíduos e a uma determinada harmonização dos diferentes esforços e vontades. Segundo o poder político deve ser cuidadosamente limitado pela lei”. Ao limitar a intervenção do poder político se permite ao indivíduo viver como quer. Essa defesa da propriedade privada é apresentada como uma garantia para a independência do indivíduo contra a tirania dos políticos

¹³ MANTOUX, Paul (s/d). **A Revolução Industrial no século XVII, estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra, capítulo 1**. Trad. Sonia Rangel. São Paulo: UNESP/Hucitec, s/d. p. 7

¹⁴ SMITH, Adam. **A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas**. vol.1 e 2. SP: Abril Cultural, 1983. p. 139.

¹⁵ MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** SP: Editora SENAC, 2001. p. 9.

soberanos. No entendimento de Smith¹⁶ ao soberano cabem apenas três deveres: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão, segundo, o dever de proteger cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão, implantar uma administração judicial exata; e terceiro, o dever de criar obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo poderá ter o interesse criar e manter, uma vez que o lucro não compensa o gasto.

É possível perceber diante dos argumentos de Smith que a partir do século XIX o pensamento liberal demonstra maior proximidade com o pensamento das correntes conservadoras, por um lado, tenta reduzir a participação e a presença do soberano político na sociedade e, por outro, tenta reduzir o círculo dos indivíduos impedindo sua intervenção sobre o Estado. A partir daí ocorre “a luta dos liberais contra o sufrágio universal¹⁷ e outras manifestações políticas das massas populares” Moraes¹⁸, fazendo com que os conflitos entre o liberalismo e a democracia se tornassem cada vez mais intensos. Partindo do pensamento liberal surgem as ideias neoliberais.

Neoliberalismo - assim como qualquer outra formação estatal capitalista, o neoliberalismo não é estático e vem sofrendo mudanças ao longo da história. Viana¹⁹ destaca que para alguns, o neoliberalismo se origina na década de 1940, momento em que surgem as ideologias produzidas por Hayek²⁰ e Rawls²¹, entre outros. Surgindo então, a ideologia neoliberal entendendo que as funções desempenhadas pelo Estado deveriam ser menos paternalistas e

¹⁶ SMITH, Adam. **A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas**. vol.1 e 2. SP: Abril Cultural, 1983.

¹⁷ Conforme o disposto no *caput* do artigo 14 da Constituição Federal do Brasil de 1988, o Sufrágio universal é o direito conferido a todos os cidadãos que detenham capacidade eleitoral de votar e ser votado. BRASIL. (1988). Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Capítulo IV – dos direitos políticos. Diário Oficial da União, Brasília: Poder Executivo.

¹⁸ MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** SP. p. 9. p. 10.

¹⁹ VIANA, Nildo. **Breve história do neoliberalismo**. Revista Enfrentamento – nº 05, jul./dez., 2008.

²⁰ HAYEK, F. A von. (1983). **Fundamentos da Liberdade**. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. SP: Editora Visão.

²¹ John Bordley Rawls, Filósofo americano, professor da Universidade de Harvard, escreveu o livro: *Uma Teoria da Justiça* (a obra teve três versões preliminares: 1964-5; 1967-68 e 1969-70). Dados retirados do Grupo de Pesquisa Ética e Justiça. Valdevino Oliveira Silva. Disponível em: <https://grupoeticaejustica.wordpress.com/textos/uma-breve-biografia-de-john-rawls/>. Acesso em 10/12/17.

menos autoritárias. Para Neto e Cabral²², os argumentos essenciais desta doutrina política (neoliberalismo) é que o Estado é ineficiente em seus propósitos e por isso é uma ameaça à liberdade. Segundo o pensamento de Hayek, uma das funções principais do Estado Mínimo é contribuir e auxiliar na difusão de conhecimentos e informações permitindo maior mobilidade econômica, sem centralizar as decisões, sendo totalmente contra o planejamento por parte do Estado. Cabendo ao Estado Mínimo, garantir a ordem, elaborar as leis de proteção à liberdade de expressão, as leis de proteção à propriedade privada, a manutenção dos cárceres, a defesa das fronteiras e zelar pelo bom funcionamento do mercado. A ideologia neoliberal pauta-se em uma política de dominação, no fortalecimento e atendimento as necessidades do capitalismo.

Defende a privatização cuja intenção é a descentralização das funções do Estado, que já vem acontecendo desde 1988 a 1992 na maior parte da América Latina, como consequência do Consenso de Washington (Plano elaborado por agentes influenciadores como Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e Estados Unidos). Vale destacar que o Consenso Washington acelerou o processo de privatizações e consequentemente o enfraquecimento dos Estados latino-americanos.

Para Viana²³:

As origens do neoliberalismo estão muito mais nas transformações do capitalismo do que no reino nebuloso das ideologias. [...] A necessidade da acumulação capitalista e suas dificuldades (tendência declinante da taxa de lucro, luta operária) são fundamentais para explicar a emergência do neoliberalismo.

Viana destaca ainda, que diante das novas necessidades do capital na década de 1980, os países capitalistas imperialistas, copiam o modelo Toyota,

²² NETO, José Quibão e CABRAL, Chico. **Neoliberalismo, Privatizações e Organizações Sociais (OS's)**. 10 de maio de 2010. Disponível em: <http://universidadeparaquem.wordpress.com/2010/05/10/neoliberalismo-privatizacoes-e-organizacoes-sociais-os%C2%B4s/>. Acesso em 10/11/2017.

²³ VIANA, Nildo. **Breve história do neoliberalismo**. Revista Enfrentamento – nº 05, jul./dez., 2008.

uma nova forma de organização do trabalho (processo de valorização das relações de trabalho), o que proporcionou a chamada reestruturação produtiva e sua generalização mundial. Entretanto, o capitalismo se vê obrigado a buscar alternativas para superar as crises e as dificuldades.

Neste contexto cria-se a chamada Comissão Trilateral²⁴ que conforme Assmann (1979)²⁵ uma tentativa de evitar o aprofundamento da crise, cujo objetivo é aumentar a repressão e a exploração nacional e internacional. Emergindo nesse contexto (1980) o “neoliberalismo e a chamada reestruturação produtiva” (Viana, 2008, p.5), que são processos complementares aliados ao neo- imperialismo (exploração internacional, os Estados poderosos buscam manter o poder, a influência e o controle sobre os países mais fracos).

Na busca de soluções para a crise o capitalismo engendrou um novo regime de acumulação, marcado pela exploração integral da classe trabalhadora, aumentando a extração de mais-valor relativo e o processo de produção por meio de extensivas jornadas de trabalho (horas extras), ocasionando a precarização do trabalho, gerando subempregos, empregos temporários e elevado número de desempregados, desencadeando o processo lumpemproletarização.²⁶

Viana elucida que a primeira fase do capitalismo neoliberal (regime de acumulação integral) é marcada com o sucessivo avanço dos governos neoliberais eleitos na Alemanha (Thacher em 1979), Estados Unidos (Ronald Reagan em 1980) e Europa - Alemanha (Helmuth Kohl em 1982). O neoliberalismo se expandiu no período de 1980 a 1990, manifestando em decorrência dele as privatizações, a desregulamentações das relações de trabalho e dos mercados, o ajuste fiscal e monetário. Neste contexto, ocorre a precarização do trabalho e o aumento do desemprego como consequência das

²⁴ A Comissão Trilateral foi fundada em julho 1973 por David Rockefeller em uma conferência privada Bilderberg Grupo Consultivo da Política.

²⁵ ASSMANN, Hugo. (1979). **A trilateral – Nova Fase do Capitalismo Mundial. Petrópolis: Vozes.**

²⁶ Lumpemproletariado, termo alemão *lumpenproletariat*, para Marx, “uma escoria, refugio de todas as classes, massa ignorante, inculta, peso moral das camadas médias e superiores” (MARX. O 18 Brumário de Luis Bonaparte, 1952 p. 98 e 147).

alterações no processo de produção e reprodução do capital a nível mundial, desencadeando o crescimento da miséria e da pobreza, inclusive nos países imperialistas, fazendo com a situação desfavorável se torne ainda mais grave.

O neoliberalismo emergente é substituído ao final da década de 1980 pelo neoliberalismo hegemônico. Na fase hegemônica, o neoliberalismo assume o controle de países como o Brasil, Argentina e outros, buscando aumentar exploração capitalista mundial. Para manter o processo de exploração as medidas neoliberais se tornam mais fortes criando ideologias (da exclusão social) necessárias para a aceitação das mudanças.

Castel)²⁷ entende que as “medidas tomadas para lutar contra a exclusão tomam o lugar das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, que teriam por objetivo controlar, sobretudo os fatores de dissociação social”. Para Viana²⁸, a emergência da ideologia da exclusão social é produto do processo de lumpemproletarização que ocorreu durante o regime de acumulação integral, ligada ao processo de constituição de políticas de assistências sociais paliativas e setoriais, substituindo as de caráter estrutural garantidas pelo estado integracionista.

Viana²⁹ entende que a ideologia da exclusão social é usada para ofuscar a luta de classes e defender a inclusão dos excluídos, sem questionar a relação de classes, fazendo com que a inclusão seja vista como benéfica e a exclusão maléfica, não percebendo que a inclusão se propõe ao trabalho alienado e explorado. Nesta perspectiva, diante do empobrecimento da população, são criadas na Europa e Estados Unidos as políticas de “ação afirmativa”, “cotas”, destinadas aos setores específicos da sociedade tais como, os negros, jovens homossexuais³⁰, mulheres entre outros, cuja

²⁷ CASTEL, R. As Armadilhas da Exclusão. IN: CASTEL, R. Et. al. **Desigualdade e a Questão Social**. 2. Ed. SP: Educ., 2004. p. 32.

²⁸ VIANA, Nildo. **Breve história do neoliberalismo**. Revista Enfrentamento – nº 05, jul./dez., 2008.

²⁹ VIANA, Nildo. **Breve história do neoliberalismo**. Revista Enfrentamento – nº 05, jul./dez., 2008.

³⁰ Não se usa mais o termo homossexual. A terminologia utilizada é relação homoafetiva para se referir a relações entre pessoas do mesmo sexo. Iniciou-se por um neologismo criado pela jurista Maria Berenice Dias, que desenvolve diversos trabalhos acerca da união entre pessoas de mesmo sexo. Informações de: MARTANHÃO, Gabriela. *Relações homoafetivas*: união de afeto. Disponível em:

responsabilidade fica a cargo da sociedade civil (ONGs. e ideologia do voluntariado) executando o papel do Estado como uma forma de poupar os recursos do aparato estatal.

Segundo Cahn³¹ alguns países valem-se da ação afirmativa para responder as pressões dos movimentos sociais pela melhoria e qualidade de vida, bem como das condições de mobilidade social daqueles grupos historicamente desprivilegiados, vítimas de exclusão socioeconômica, o que Jaccoud³² chama de mobilidade de política pública para resolver os persistentes problemas decorrentes de padrões sociais de discriminação e exclusão em que a legislação de orientação universalista não consegue atender ou reparar.

Chossudovsky (1999)³³ destaca que o aumento do desemprego, da fome, da migração internacional, da violência, criminalidade e até das moléstias contagiosas são consequências do empobrecimento da população. Com base no pensamento de Chossudovsky, Viana destaca que a violência e o barateamento da força de trabalho são temas acadêmicos debatidos, na maioria das vezes, por cientistas sociais na perspectiva conservadora, reclamando por mais moralização, repressão e culpabilizando o indivíduo. Viana³⁴ acredita que a origem disso, surge em Nova York, com a “doutrina da tolerância zero” que se difundiu pelo mundo, instrumento que legitima a gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda, causando incidentes e desordens no espaço público. Segundo Wacquant³⁵ esses são assimilados como “delinquentes (reais ou imaginários), sem teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros – o que facilita o amálgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente”.

http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/relacoes_homoafetivas_unioes_de_afeto.pdf. Acesso em 15 de dez. 2017.

³¹ CAHN, Steven M. (2002) **The affirmative action debate**. New York: Routledge, 2002.

³² JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades Raciais no Brasil: um Balanço da Intervenção Governamental**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

³³ CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza. Impactos da Reforma do FMI e do Banco Mundial**. SP: Moderna, 1999.

³⁴ VIANA, Nildo. **Breve história do neoliberalismo**. Revista Enfrentamento – nº 05, jul./dez., 2008.

³⁵ WACQUANT, Löic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 30.

A mobilidade de política pública gera processos de disputas entre os membros de grupos desprivilegiados por posições sociais de prestígio ao proporcionar a estas vantagens competitivas Feres Jr e Zoninsein³⁶.

O *Neoliberalismo Protofascista* é caracterizado por Viana como terceira fase do neoliberalismo que se inicia a partir do ano de 2000 com as crescentes mobilizações sociais em resposta a repressão do estado neoliberal. Diante do crescimento das favelas (concentração da pobreza urbana) e da organização do espaço urbano feito pela própria população, contrariando a lógica estatal, o Estado neoliberal se vê obrigado a pensar estratégias de contra insurgência em relação aos grupos políticos, a população favelada e aos movimentos sociais, uma vez que já não tem mais o controle sobre eles. A política de contra insurgência não é somente militar, busca a mediação de Organizações não Governamentais - ONGs para a realização de ações sociais (educação popular, profissionalizante) junto a estas populações, como forma de produzir organização democrática e lideranças. Processo que segundo Viana já estava acontecendo sob a forma de assistencialismo “(bolsa família, renda cidadã) ações aliadas as políticas paliativas por meio da realização de políticas setoriais a fim de cooptar parte da população e responsabilizar a sociedade civil (ONGs, economia solidária) criar estratégias de sobrevivência transformando em virtude e engajamento popular de matriz não-reformista.

Há uma preocupação em desenvolver ações para elevar o status do Programa bolsa família brasileiro a um modelo de sucesso internacional, tem-se a falsa visão de que o Piso de Proteção Social brasileiro se efetiva e cumpre seu papel por meio do Programa bolsa família, considerando que apenas essa ação do governo é suficiente e responsável pelos avanços no desenvolvimento social brasileiro. Holzmann e Jorgensen³⁷ chamam isso de modelo social de risco, pois transfere aos pobres os recursos financeiros (microcréditos) para que possam adquirir os bens e produtos que necessitam (liberdade de

³⁶ FERES JR, J.; ZONINSEIN, J. **Introdução: ação afirmativa e desenvolvimento**. In: FERES JR, J.; ZONINSEIN, J. (Orgs.) *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, pp. 9-45, 2006.

³⁷ HOLZMANN, R. JORGENSEN S. *Social Risk management: a new conceptual framework for social protection and beyond*. World Bank, 2000.

escolha), responsabilizando-os pelos riscos. Lavinhas³⁸ enfatiza que na verdade, a intenção é a inserção do pobre na lógica do mercado e não assegurar a provisão pública, gratuita e extensiva.

Entretanto, a crítica neoliberal entende que a intervenção excessiva do Estado impede a lógica de funcionamento natural do mercado. O alvo é desmontar os mecanismos de Seguridade Social, os sindicatos e os direitos trabalhistas.

Nesta perspectiva, diante de fenômenos como a desorganização do espaço urbano levando a favelização e o empobrecimento da população em decorrência das dificuldades financeiras, a “sociedade nua” de Vance Packard (1966)³⁹ passa a ser vigiada se tornando a sociedade da vigilância integral. As empresas, escolas, fábricas entre outras, usam os sistemas de vídeo vigilância, sob a justificativa de prevenção contra a criminalidade, terrorismo, etc, mas na realidade o grande alvo é manter o controle sobre o processo de trabalho, bem como monitorar a política de contra insurgência e revoltas populares. A ideia é a “servidão disciplinada”. O processo de repressão se complementa na política de dispersão da classe operária, trazendo como consequência o aumento da resistência. Desde então, os movimentos sociais lutam pela democracia.

Democracia – a pretensão não é buscar a origem da palavra democracia, nem o seu conceito de forma minuciosa, no entanto apresentamos o conceito encontrado na Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 14 *caput* “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”, um regime que possibilita o pluralismo e a alternância de poder. No entanto, sua efetivação na prática não ocorre de maneira natural sem que haja interesses e intervenções neoliberais.

2. A LÓGICA NEOLIBERAL: PENSANDO E PROJETANDO A EDUCAÇÃO

A lógica dos governos neoliberais além de transformar a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguiu fazer com que

³⁸ LAVINAS, L. Desafíos de la política social de Brasil: Cómo mantener el crecimiento económico con inclusión social? **Revista Ciencias Sociales** 135-136, nº. Especial, 199-2013, 2012 (I, II), 2009.

³⁹ PACKARD, Vance. **A sociedade Nua**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

aceitassem esta transformação como a única saída possível para a crise. Gentili acredita que se o neoliberalismo se tornou um verdadeiro projeto hegemônico, isso ocorreu porque conseguiu impor uma intensa dinâmica de mudança material, de reconstrução discursiva ideológica da sociedade, “processo que surge da enorme força persuasiva que sempre tiveram e estão tendo em seus discursos, os diagnósticos e as estratégias argumentativas, a retórica elaborada e difundida por seus principais expoentes intelectuais” Gentili⁴⁰.

Com relação a educação, o neoliberalismo defende tanto a centralização com a descentralização e que ambas são as duas faces da mesma moeda. “[...] *centralização* do controle pedagógico (em nível curricular, de avaliação do sistema e de formação de docentes) e *descentralização* dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema” Gentil⁴¹i. Acredita ainda que os governos neoliberais foram incapazes de assegurar a democratização mediante o acesso das massas às instituições educacionais. Desta forma, o discurso neoliberal transfere ao Estado interventor a responsabilidade pela incapacidade de gerenciamento da crise e qualidade das políticas sociais.

Para Ball⁴² os serviços educacionais sofrem influência do mercado global, o que chama de novos tipos de negócios voltados a educação global e as formas inovadoras de comércio na economia educacional, ultrapassando o ensino privado e adentrando-se na educação pública por meio de parcerias, transformando em mercadoria todos os serviços de educação com a finalidade de obter lucro. Assumem diversas dimensões: desde a gestão de entrega de serviços, desenvolvimento de currículo, software, conectividade, treinamento e desenvolvimento profissional que são implantados em diferentes níveis e formatos de ensino.

⁴⁰ GENTILI, Pablo. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2001. p.9.

⁴¹ GENTILI, Pablo. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo**. p.25.

⁴² BALL, Stephen J. Globalização, mercantilização e privatização: Trends Educação Internacional e Política Educacional. REVISTA: **AAPE e EPAA**. Arquivos de política e educação analítica. Vol 22, nº 41. 16 de junho de 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n41.2014>. Acesso em 25 de junho de 2019.

A gestão, a propriedade de serviços da educação e a infraestrutura estão nas mãos de fundos de investimentos privados e gerenciados por empresas estrangeiras, operando no âmbito de uma estrutura política global e multilateral que oferece soluções privadas para os problemas públicos sendo implantados dentro da própria política. São incentivadas e financiadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), OMC (Organização Mundial do Comércio), GATS (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços) e o Banco Mundial que fornece apoio financeiro às empresas interessadas em iniciar ou expandir suas atividades nos mercados de serviços públicos.

São empresas legitimadas e apoiadas por organizações e grupos de interesse multinacional, que operam em escala global se apresentando como uma excelente oportunidade de investimento. Repassando a ideia que o mercado ou produto internacional é o melhor.

Gentili⁴³ afirma que o diagnóstico neoliberal se fundamenta em três pontos: primeiro – incapacidade dos governos de assegurar qualidade e quantidade, e muito menos articulá-las; segundo – a expansão da educação pública pela América Latina, no entanto é atribuída ao Estado Gestor a responsabilidade pelos índices de marginalização à ineficiência de qualidade; e terceiro - é impossível combinar qualidade e quantidade usando os critérios igualitários e universais. Para Rocha e Faquin (2011)⁴⁴. As justificativas que embasam os argumentos neoliberais defendem a transferência da educação da esfera política para a esfera do mercado, o que trará para o cotidiano educacional a possibilidade do consumo, necessidade de mérito e capacidades individuais, dando liberdade ao indivíduo para escolher suas atividades econômicas, resultando disso a perda do direito social.

⁴³ GENTILI, Pablo. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2001.

⁴⁴ ROCHA, Andréa Pires. FAQUIN, Evelyn Secco. **Gestão da Política Educacional sob a Égide de Determinações Políticas, Ideológicas e Econômicas do Neoliberalismo**. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_andrea.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

Segundo Peroni⁴⁵, o neoliberalismo apresenta uma posição comum quanto ao individualismo e a meritocracia, “cada indivíduo é responsável por abrir o seu caminho, e as transformações ocorrerão na esfera pessoal, e não societária”. Essa influência apresenta um modelo de educação baseada na competitividade e na busca pela qualificação para ingresso no mercado e obtenção do lucro, ou seja, prevalecendo a lógica capitalista.

É possível afirmar que os governos neoliberais têm contribuído para reforçar ainda mais a pobreza, a desigualdade e a exclusão social nos países “pobres” e em desenvolvimento.

Gentili⁴⁶ destaca que os neoliberais entendem que houve o processo acelerado de expansão da escola, e esse crescimento não garantiu a distribuição eficiente dos serviços ofertados. Somente a expansão da oferta de educação não garante a qualidade, os resultados das avaliações em larga escala nacional (Prova Brasil, Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Exame Nacional do ensino Médio – ENEM e Exame Nacional de Desempenho do Estudante - ENADE) e internacional (Programa Internacional de Avaliação de Estudante – PISA), têm demonstrado baixo índice de aprendizagem dos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, no entanto, não verificam as causas reais destes resultados, continuam usando-os para reforçar os pontos negativos e culpar os envolvidos.

Por se tratar de um modelo padronizado, além de não considerar as peculiaridades locais de cada país e regiões, apresentam conteúdos cuja lógica está voltada para o pensamento neoliberal e conservador. Não respeitando a identidade dos sujeitos, retirando a autonomia do professor para elaborar e executar o currículo conforme as necessidades da sua turma.

A partir dos resultados das avaliações em larga escala, deveria ser feito um estudo com o intuito de compreender o/s motivo/s que desencadeiam os baixos índices e traçar metas e propor ações de investimentos financeiros para

⁴⁵ PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: Sujeitos e Conteúdos da proposta. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

⁴⁶ GENTILI, Pablo. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2001. p.9.

o desenvolvimento da educação, a melhoria na infraestrutura, a formação docente e para os projetos e pesquisas educacionais.

Gentili⁴⁷ apresenta quatro questões que podem auxiliar na compreensão crítica do pensamento neoliberal no que se refere a crise educacional e aos culpados, quais estratégias são defendidas pelos neoliberais para sair da crise e a articulação da produção educacional a necessidade do mercado, sem considerar a função social da escola, e as responde, conforme apresentadas a seguir:

Figura 1 – Percepções da compreensão crítica do pensamento neoliberal.

1. Como os neoliberais entendem a crise educacional?

• Na perspectiva neoliberal os sistemas educacionais enfrentam a crise de eficácia, produtividade e eficiência. A crise enfrentada pelas instituições escolares é resultado de sua expansão desordenada e “anárquica”, ou seja, é uma crise de qualidade que decorre da improdutividade das práticas pedagógicas e da gestão administrativa (crise gerencial). A crise está em grande parte ligada ao caráter estrutural ineficiente do Estado para gerenciar as políticas públicas e sua incapacidade para garantir a democratização da educação. Neste caso, os mecanismos de discriminação e exclusão educacional é resultado direto da própria escola pela incompetência dos que nela atuam, gerando mecanismos de iniquidade em alguns contextos e consequentemente promovendo a repetência, evasão escolar o analfabetismo funcional.

2. Que estratégias os neoliberais definem para sair da crise?

• O mau funcionamento da educação é uma consequência da estatização. Criar um verdadeiro mercado educacional é uma das propostas das políticas neoliberais, pois pela sua lógica, o mercado possibilita a qualidade e eficiência dos serviços por meio da competição, premiação e castigo baseados na meritocracia e no esforço individual. Para os neoliberais os mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais tanto na esfera macro como micro é uma forma para sair da crise.

⁴⁷ GENTILI, Pablo. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2001.

3. Para os neoliberais quem são os culpados?

- Os neoliberais argumentam que existem os culpados diretos e indiretos pela crise educacional. Está entre os diretos, o modelo de Estado assistencialista e os sindicatos, uma vez que a organização de fortes sindicatos nacionais (por setores de atividades) resulta na defesa do interesse geral baseando-se na necessidade de construção e expansão dos direitos sociais. Aos olhos dos neoliberais isso é uma barreira intransponível que impossibilita desenvolver os mecanismos de competição individual que garantem o progresso social. No caso da crise educacional os culpados são os sindicatos de professores e as organizações que lutam por uma escola de qualidade para todos.
- Pela lógica neoliberal, a crise educacional não pode ser reduzida apenas a existência de um modelo de Estado, muito menos ao caráter corporativo dos sindicatos, os indivíduos também têm culpa à medida que aceitam o *Status quo* estabelecido pelo sistema improdutivo de intervenção estatal como natural e inevitável. Os desempregados são culpados pelo desemprego, os pobres pela pobreza; os pais pelo rendimento escolar de seus filhos e os professores pela falta de qualidade dos serviços educacionais, etc. São responsáveis porque não souberam reconhecer as vantagens da meritocracia e do esforço individual que levam ao êxito.

4. A alternativa de articular a produção educacional às necessidades do mercado de trabalho, esgotando neste ponto a função “social” da escola.

- Ocorre que os governos neoliberais apresentam estratégias de reforma educacional à lógica da centralização e descentralização, transferindo as instituições escolares de jurisdição federal para a estadual e para a esfera municipal. Assim, desarticula os mecanismos unificados de negociação com organizações dos trabalhadores da educação, flexibilizando as formas de contratação e retribuições salariais dos docentes. Por outro lado, centralizam algumas funções, não havendo participação dos governos estaduais, dos municípios, nem dos professores e da comunidade. Estabelecem mecanismos verticalizados, antidemocráticos e autoritários para controle e avaliação nacional dos sistemas educacionais por meio de provas de rendimento estudantil, das reformas curriculares com parâmetros e conteúdos básicos para o Currículo Nacional, retirando a autonomia pedagógica das instituições e dos coletivos escolares.

Fonte – Adaptado de Gentili (1996).

No Brasil, o privado se manifesta nas escolas públicas na execução direta da oferta ou na direção das políticas públicas educativas, desta forma influenciam em toda a elaboração desde o processo, os conteúdos do currículo até mesmo a avaliação. Isto é visível nos programas educacionais, em que o governo apenas repassa os recursos para que a própria sociedade os execute, para Peroni⁴⁸ é o caso do Programa Nacional Brasil Alfabetizado (Educação

⁴⁸ PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr, 2018. p. 26.

de Jovens e Adultos e Educação Infantil); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC (articulação entre o ensino médio e profissionalizante).

É o que vemos hoje com os “métodos replicáveis” de apostilas no ensino superior ou na venda de sistemas de ensino, ou em parcerias que vendem um pacote pronto. Assim, verificamos que muitos dos elementos propostos por Taylor estão bem presentes nas propostas atuais de gestão de mercado para o público, apesar de o discurso ser de modernização na gestão. (PERONI⁴⁹).

Nesta perspectiva, pensam as políticas de formação geral e docente como treinamentos (pacotes aplicáveis a diferentes populações de variadas regiões) organizados e planejados por técnicos e consultores de empresas, sem a participação e envolvimento dos professores e demais atores sociais que compõem o cenário educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos de Moraes, Gentili e Viana possibilitou compreender a lógica do pensamento liberal e neoliberal, bem como as múltiplas regulações e controle de suas políticas no que se refere a educação.

Notamos que a retórica neoliberal no campo educacional se resume a levantar diagnósticos e propor políticas cujo interesse é o combate à crise das instituições escolares, produto de sua expansão desordenada e anárquica. O objetivo político dos neoliberais para a democratização da escola está fundamentado na necessidade de uma reforma administrativa e na utilização de mecanismos autoritários e verticalizados de combate a exclusão e à discriminação educacional resultante de sua ineficácia e incompetência.

Os neoliberais defendem que a crise educacional está em grande parte ligada ao caráter estrutural ineficiente do Estado para gerenciar as políticas públicas e sua incapacidade para garantir a democratização da educação, desta forma propõe um modelo ideal, a transferência da educação da esfera

⁴⁹ PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr, 2018. p. 26.

política para a esfera do mercado, o que trará para o cotidiano educacional a possibilidade do consumo e necessidade de mérito e capacidades individuais.

Ficou evidente que a retórica construída pelos tecnocratas neoliberais aponta que o problema relacionado a educação nos países em desenvolvimento, não é a falta de escolas, mas a falta de melhores escolas, a falta de professores, mas de professores qualificados, e por fim não é a falta de recursos, mas a adequada distribuição destes recursos. Reformar a escola é um desafio gerencial, capaz de promover mudanças pedagógicas, cultural e curricular. Só assim poderão garantir o que chamam de equidade, o que se torna um desafio diante da situação em que o Brasil se apresenta de enfraquecimento dos sindicatos, a desregulação dos mercados de trabalhos e de privatização de diversos serviços sociais.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **A trilateral – Nova Fase do Capitalismo Mundial**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BALL, Stephen J. Globalización, mercantilización y privatización: tendencias internacionales en Educación y Política Educativa. Trends Educação Internacional e Política Educacional. Revista: AAPE e EPAA. Arquivos de política e educação analítica. Vol 22, nº 41. 16 de junho de 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n41.2014>. Acesso em 25 de junho de 2019.

CASTEL, R. As Armadilhas da Exclusão. IN: CASTEL, R. Et. al. **Desigualdade e a Questão Social**. 2. Ed. SP: Educ., 2004.

CAHN, Steven M. **The affirmative action debate**. New York: Routledge, 2002.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza. Impactos da Reforma do FMI e do Banco Mundial**. SP: Moderna, 1999.

DAVID RICARDO. **Princípios de Economia política e tributação**. São Paulo: Ed. Abril, 1982.

FERES JR, J.; ZONINSEIN, J. **Introdução: ação afirmativa e desenvolvimento**. In: FERES JR, J.; ZONINSEIN, J. (Orgs.) **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora UnB, pp. 9-45, 2006.

GENTILI, Pablo. A. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo A. A. (Org.). Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) p. 9-49. 1996.

GENTILI, Pablo. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo**. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2001.

HAYEK, F. A von. **Fundamentos da Liberdade**. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. SP: Editora Visão, 1983.

HOLZMANN, R. JORGENSEN S. **Social Risk management: a new conceptual framework for social protection and beyond**. World Bank, 2000.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades Raciais no Brasil: um Balanço da Intervenção Governamental**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

LAVINAS, L. **Desafíos de la política social de Brasil: Cómo mantener el crecimiento económico con inclusión social?** Revista Ciencias Sociales 135-136, nº. Especial, 199-2013, 2012 (I, II).

MANTOUX, Paul (s/d). **A Revolução Industrial no século XVII, estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra, capítulo 1**. Tradução de Sonia Rangel. São Paulo: UNESP/Hucitec, s/d.

MARX, Karl. (2002). **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Ed. Ridendo Castigat Mores. GARCIA, Nelson J. Ebook. 2002. Disponível em: <<https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>>. Acesso em 10 de jan. 2019.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** SP: Editora SENAC, 2001.

NETO, José Quibão e CABRAL, Chico. **Neoliberalismo, Privatizações e Organizações Sociais (OS's)**. 10 de maio de 2010. Disponível em: <http://universidadeparaquem.wordpress.com/2010/05/10/neoliberalismo-privatizacoes-e-organizacoes-sociais-os%C2%B4s/>. Acesso em 10/11/2017.

PACKARD, Vance. (1966). A sociedade Nua. São Paulo: Ibrasa.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr., 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: Sujeitos e Conteúdos da proposta. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

ROCHA, Andréa Pires. FAQUIN, Evelyn Secco. **Gestão da Política Educacional sob a Égide de Determinações Políticas, Ideológicas e Econômicas do Neoliberalismo.** 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_andrea.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas.** vol.1 e 2. SP: Abril Cultural, 1983.

VIANA, Nildo. Breve história do neoliberalismo. **Revista Enfrentamento** – nº 05, jul./dez., 2008.

VIANA, Nildo. **Violência e escola.** In: VIEIRA, R. VIANA, N. (orgs.) Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens críticas da Escola. Goiânia: Edições Germinal., 2002.

WACQUANT, Löic. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.